



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

RECURSOS

**RDC 04/2022 - CBMPA – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPE-
RACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com

AO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

Ref: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES RDC Nº 004/2022 – CBMPA

(Processo Administrativo Nº 2021/1302316)

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL

RECURSO ADMINISTRATIVO

A CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº 19.661.427/0001-69, sediada na Travessa Vileta nº 1431, Bairro: Pedreira, CEP: 66.087-423, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, o Sr. EDER PAULO SANTOS ALVES, portador (a) da Carteira de Identidade nº 3685307 SSP/PA e CPF nº 518.402.432-87, residente e domiciliado na Travessa Vileta nº 1431, Bairro: Pedreira, CEP: 66.087-423, vem com fulcro no art. 109, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, tempestivamente apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO:

Em face da decisão proferida, declarando a proposta da 1ª colocada, como “**ACEITA E HABILITADA**” no certame em epigrafe, viemos apresentar Recurso Administrativo, conforme razões de fato e direito se passa a expor.

Nestes Termos,

Pede reconsideração da decisão ou, caso mantida esta, encaminhamento para a autoridade superior, nos termos do art. 109, §4º da Lei 8.666/93.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

De acordo com o prazo dado pelo Douto Presidente desta respeitada comissão e disposto nos artigos 109 e 110 da Lei nº 8.666/93, o prazo para apresentação de Recurso será até dia 03/06/2022.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso, uma vez que a sociedade empresária recorrente se sentiu prejudicada pela decisão desta ilustre comissão de licitação, quando, aceitou e habilitou a proposta da empresa, até então, 1ª colocada neste certame.

II - RAZÕES RECURSAIS

Trata-se de Regime Diferenciado de Contratação - RDC promovido por este órgão, com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública.

A presente razão é interposta em razão da recorrente não se conformar com a douta decisão da Comissão de Licitação que entendeu por classificar a proposta comercial da licitante recorrida, a medida que a mesma claramente descumpriu itens editalícios, mandatários neste processo licitatório, como demonstraremos a seguir:

1) Percentual de Desconto apresentado pela empresa:

Ora vejam, como exemplo poderemos citar o item **1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares)**. Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de **R\$ 3.234,54**. Com base no exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

O documento citado, mostra que o piso salarial da Categoria, para **Nível I** (Encarregado de Obras) é de **R\$ 1.901,73**.

Valor Mensal: R\$ 1.901,73, ao incidirmos os encargos sociais de MENSALISTA sobre a mão de obra, como por exemplo: 43,00%, teremos um total de encargos de: **R\$ 817,74**.

Ao efetuarmos a soma, logo obteremos o valor de: R\$ 1.901,73 (Mão de obra mensal) + R\$ 817,74 (Encargos sociais de mensalista) = **R\$ 2.719,47**. Guardaremos este valor.

Ao lermos atentamente as cláusulas/itens editalícios, mandatário deste processo licitatório, deveremos atentar ao **item 9.0 e subitem 9.3.4.3**, que diz:

“(…) O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, nos termos do caput do Art. 29 e de seu Parágrafo único, previstos no decreto Estadual nº 1974/2018(…)”
Grifamos e Negritamos

Ora Douto Presidente, como podemos observar, o descrito no subitem citado é que o desconto proposto pelos licitantes do certame em epigrafe, deverá incidir, **“LINEARMENTE SOBRE TODOS OS ITENS DO ORÇAMENTO”**. Logo para o item **1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares)**, que tem valor inicial de **R\$ 3.234,54**, ao aplicarmos o desconto proposto pela licitante reclamada de **39,00%**, o valor a ser apresentado seria o seguinte:

Valor: $R\$ 3.234,54 - 39\% = R\$ 1.973,07$, logo, abaixo do valor estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho, que é de **R\$ 2.719,47**, como vimos na demonstração realizada acima, sem a inclusão dos encargos complementares.

Como demonstrado o licitante com a proposta melhor colocada neste certame, descumpre itens editalícios, devendo o mesmo ser desclassificado, neste processo.

III – DO PEDIDO:

Diante do exposto, a CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pede o deferimento do presente recurso, pois julgamos que há indícios suficientes para a inabilitação da empresa reclamada para o processo licitatório em questão.

Desde já agradecemos a atenção e compreensão.

Belém (PA), 01 de junho de 2022.

EDER PAULO
SANTOS

ALVES:51840243287

Assinado de forma digital
por EDER PAULO SANTOS
ALVES:51840243287
Dados: 2022.06.01
15:50:15 -03'00'

CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ: 19.661.427/0001-69

Eder Paulo Santos Alves

CPF: 518.402.432-87

RG: 15841 D CREA/PA

Sócio Administrador



Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

UASG: 925853 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**Licitação nº:** 4/2022 **Modo de Disputa:** Fechado**Número do Item:** 1**Nome do Item:** Obras Civas Públicas (Construção)**Tratamento Diferenciado:** Sem benefícios**Sessões Públicas:** Atual

Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)

19.661.427/0001-69 - CORTES CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA

Intenção de Recurso

Data/Hora: 25/05/2022 20:05**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:**

Recurso

Data/Hora: 01/06/2022 15:46

Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência: AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ Ref: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES RDC Nº 004/2022 – CBMPA (Processo Administrativo Nº 2021/1302316) Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL RECURSO ADMINISTRATIVO A CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº 19.661.427/0001-69, sediada na Travessa Vileta nº 1431, Bairro: Pedreira, CEP: 66.087-423, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, o Sr. EDER PAULO SANTOS ALVES, portador (a) da Carteira de Identidade nº 3685307 SSP/PA e CPF nº 518.402.432-87, residente e domiciliado na Travessa Vileta nº 1431, Bairro: Pedreira, CEP: 66.087-423, vem com fulcro no art. 109, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, tempestivamente apresentar: RECURSO ADMINISTRATIVO: Em face da decisão proferida, declarando a proposta da 1ª colocada, como "ACEITA E HABILITADA" no certame em epigrafe, viemos apresentar Recurso Administrativo, conforme razões de fato e direito se passa a expor. Nestes Termos, Pede reconsideração da decisão ou, caso mantida esta, encaminhamento para a autoridade superior, nos termos do art. 109, §4º da Lei 8.666/93. I – DA TEMPESTIVIDADE: De acordo com o prazo dado pelo Douto Presidente desta respeitada comissão e disposto nos artigos 109 e 110 da Lei nº 8.666/93, o prazo para apresentação de Recurso será até dia 03/06/2022. Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso, uma vez que a sociedade empresária recorrente se sentiu prejudicada pela decisão desta ilustre comissão de licitação, quando, aceitou e habilitou a proposta da empresa, até então, 1ª colocada neste certame. II - RAZÕES RECURSAIS Trata-se de Regime Diferenciado de Contratação - RDC promovido por este órgão, com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública. A presente razão é interposta em razão da recorrente não se conformar com a douda decisão da Comissão de Licitação que entendeu por classificar a proposta comercial da licitante recorrida, a medida que a mesma claramente descumpriu itens editalícios, mandatários neste processo licitatório, como demonstraremos a seguir: 1) Percentual de Desconto apresentado pela empresa: Ora vejam, como exemplo poderemos citar o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares). Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de R\$ 3.234,54. Com base no

exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>. O documento citado, mostra que o piso salarial da Categoria, para Nível I (Encarregado de Obras) é de R\$ 1.901,73. Valor Mensal: R\$ 1.901,73, ao incidirmos os encargos sociais de MENSALISTA sobre a mão de obra, como por exemplo: 43,00%, teremos um total de encargos de: R\$ 817,74. Ao efetuarmos a soma, logo obteremos o valor de: R\$ 1.901,73 (Mão de obra mensal) + R\$ 817,74 (Encargos sociais de mensalista) = R\$ 2.719,47. Guardaremos este valor. Ao lermos atentamente as cláusulas/itens editalícios, mandatário deste processo licitatório, deveremos atentar ao item 9.0 e subitem 9.3.4.3, que diz: "(...) O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, nos termos do caput do Art. 29 e de seu Parágrafo único, previstos no decreto Estadual nº 1974/2018(...)" Grifamos e Negritamos Ora Douto Presidente, como podemos observar, o descrito no subitem citado é que o desconto proposto pelos licitantes do certame em epigrafe, deverá incidir, "LINEARMENTE SOBRE TODOS OS ITENS DO ORÇAMENTO". Logo para o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares), que tem valor inicial de R\$ 3.234,54, ao aplicarmos o desconto proposto pela licitante reclamada de 39,00%, o valor a ser apresentado seria o seguinte: Valor: R\$ 3.234,54 – 39% = R\$ 1.973,07, logo, abaixo do valor estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho, que é de R\$ 2.719,47, como vimos na demonstração realizada acima, sem a inclusão dos encargos complementares. Como demonstrado o licitante com a proposta melhor colocada neste certame, descumpe itens editalícios, devendo o mesmo ser desclassificado, neste processo. III – DO PEDIDO: Diante do exposto, a CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pede o deferimento do presente recurso, pois julgamos que há indícios suficientes para a inabilitação da empresa reclamada para o processo licitatório em questão. Desde já agradecemos a atenção e compreensão. Belém (PA), 01 de junho de 2022. _____ CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 19.661.427/0001-69 Eder Paulo Santos Alves CPF: 518.402.432-87 RG: 15841 D CREA/PA Sócio Administrador

Contrarrazão

18.409.353/0001-05 - CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

Data/Hora: 07/06/2022 15:31

Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência: ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL. RDC ELETRÔNICO Nº 004/2022 – CBMPA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/1302316 OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL. A Empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 18.409.353/0001-05 sediada na Av. Manoel Barata, 637 CEP 68.180-020, Boa Esperança, Itaituba/Pará, devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, apresenta: CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO Interposto por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ 19.661.427/0001-69, o que faz pelas razões que passa a expor; "Trata-se de Regime Diferenciado de Contratação - RDC promovido por este órgão, com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública. A presente razão é interposta em razão da recorrente não se conformar com a douda decisão da Comissão de Licitação que entendeu por classificar a proposta comercial da licitante recorrida, a medida que a mesma claramente descumpriu itens editalícios, mandatários neste processo licitatório, como demonstraremos a seguir: 1) Percentual de Desconto apresentado pela empresa: Ora vejam, como exemplo poderemos citar o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares). Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de R\$ 3.234,54. Com base no exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>... " DA DEFESA Inicialmente, é imperioso destacar que A CONSTRUMAZ CONSTRUTORA é uma empresa especializada na prestação de serviços na área da construção civil, consolidada no mercado e de atividade idônea. E que sob esta não pesa qualquer julgamento antecipado quanto a sua participação neste certame. Quanto as alegações da empresa recorrente que a CONSTRUMAZ "descumprira item 9.3.4.3 a qual alega descumprimento editalício pela não aplicação do desconto linear no item 1.4 encarregado geral", não tem como prevalecer ao item questionado no recurso. Uma vez que o mesmo trata-se de um valor, que obedece ao estabelecido na convenção trabalhista vigente e nas conformidades da lei, exposto no próprio